

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.636 - MG (2018/0326287-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : MARCIO IURY DE JESUS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MARCIO IURY DE JESUS contra decisão proferida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que não admitiu seu apelo nobre.

Depreende-se dos autos que o agravante foi condenado à pena de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções do artigo 157, § 2º, inciso II, (por dez vezes), c/c o artigo 71, ambos do Código Penal, e artigo 309 da Lei n. 9.503/97.

No julgamento da apelação, o tribunal de origem deu provimento parcial ao recurso da defesa, a fim de redimensionar a reprimenda para 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, mantendo-se, no mais, a sentença condenatória.

Interposto recurso especial, este não foi admitido pela Instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual o agravante sustenta que o óbice indicado na decisão objurgada não incidiu *in casu*.

Requer o acolhimento do agravo a fim de que seja admitido e provido o apelo raro.

O MPF, às fls. 743-744, manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

No recurso, pretende o recorrente, em síntese, a absolvição do crime de roubo, por inexistir provas suficientes para corroborarem com sua condenação.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade provisório ali realizado, constata-se que, de fato, o recurso especial interposto não merece seguimento.

Inicialmente, quanto à almejada absolvição do crime previsto no artigo 309 da Lei n. 9.503/97, ressalta-se que não há no acórdão qualquer manifestação ao tema apontado. Também não há notícia de que a defesa tenha se insurgido contra tal omissão, o que inviabiliza o conhecimento do recurso quanto a este aspecto, haja vista a vedação expressa nos enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicáveis, por analogia, à espécie.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. PRAZO PRESCRICIONAL PARA A APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. MENOR PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 109 DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÕES POSTAS SOB PERSPECTIVA NÃO APRECIADA PELA CORTE A QUO. ÓBICE ABSOLUTO DA AUSÊNCIA DE PRÉ-QUESTIONAMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A perspectiva sob qual a defesa pugna pela adoção do prazo de noventa dias, findo o qual estaria prescrito o prazo para a apuração de falta disciplinar, não foi objeto de apreciação pelas instâncias

ordinárias e não se opuseram os necessários embargos de declaração para o fim de provocar a análise dela pelo Tribunal estadual.

2. A decisão agravada deve ser mantida intacta por seus próprios termos, pois absolutamente harmônica com a firme jurisprudência desta Casa Superior de Justiça, assentada no sentido de ser de três anos o lapso prescricional para a apuração de infração decorrente de prática de falta disciplinar, mostrando-se, inafastável o óbice da Súmula n. 83.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 1055906/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 03/05/2017)"

No que concerne ao pedido de reconhecimento da participação de menor importância, colhe-se do acórdão recorrido (e-STJ fl. 661):

"Quanto à tese de reconhecimento da participação de menor importância, invocada pela defesa de Márcio, ao argumento de que o mesmo apenas levou os outros réus até o local do crime e depois os ajudou a fugir, guiando o veículo em que eles entraram, tenho que a mesma não há razão de subsistir.

Ora, é nítido que Márcio, ao levar os três comparsas ao local em que abordariam o ônibus e, em seguida, tê-los esperado no local em que eles desceram do coletivo em poder dos bens subtraídos para, então, empreenderem fuga, atuou com domínio do fato. Isso porque, a sua conduta representou uma das tarefas divididas na cadeia delitiva e se revelou indispensável à consumação do crime, posto que assegurou a posse dos bens roubados, ao conceder fuga aos comparsas no veículo que conduzia."

Com efeito, infere-se da análise do excerto supra que a Corte estadual, após o reexame dos elementos colhidos no curso da instrução criminal, concluiu pela existência, nos autos, de elementos concludentes para fundamentar o decreto condenatório.

Dessa forma, desconstituir o julgado, por suposta violação à lei federal, no intuito de abrigar o pleito defensivo não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário a este Sodalício aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias, incabível em sede de recurso especial, conforme já assentado pelo Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte.

A propósito:

"[...]

ALEGADAS AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA, CULPA CONSCIENTE E ESTADO DE NECESSIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Após a análise dos elementos existentes no caderno processual, as

instâncias de origem concluíram que estaria devidamente comprovado o elemento subjetivo do tipo atribuído aos agravantes, não sendo o caso de culpa consciente ou estado de necessidade.

2. Além disso, com base no contexto probatório dos autos, reconheceram a existência de dolo na conduta dos agentes, especialmente por terem permanecido vendendo pacotes de viagem, mesmo diante de dificuldades financeiras da empresa e da possibilidade de deixar de cumprir com os contratos, circunstância que afasta a ilegalidade apontada no decisum. 3. Para reformar o entendimento do Tribunal de origem, reconhecendo o estado de necessidade, a culpa consciente ou a ausência de dolo na conduta, seria necessário uma atividade de cognição ampla, com a reapreciação das provas carreadas aos autos durante o curso da instrução criminal, o que se afigura inviável na presente via, diante da incidência do óbice previsto na Súmula n. 7/STJ.

[...]

3. Agravo não conhecido.

(AgRg no AREsp 644.500/RN, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 20/04/2018)

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conhece-se do agravo para não conhecer o recurso especial**, nos termos do artigo 34, VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator